

# Assim, não

Josaphat Marinho

Jornais e comentaristas, com o anúncio do plano "Avança, Brasil", abriram espaço à mudança de rumos do governo federal. Mesmo sem expressar confiança, manifestaram nova expectativa. Corroborou para essa atitude a declaração enfática do presidente da República no sentido, também, da unidade do governo. Estabelecido e publicado o plano de ação e superada a crise ministerial ocorrida, a administração integrada agiria como um todo. Ninguém mais, como parcela do poder, emitiria opinião individual em prejuízo do crédito do organismo instituído. O simbolismo do poder parecia restaurada, a disciplina, revigorada.

De repente, o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo defendeu o aumento do preço da gasolina. Esclareceu que era "uma opinião pessoal, e não de governo". Mas asseverou que "gasolina barata é um tiro no pé", "e prejudicial às contas públicas". De pronto, o ministro das Minas e Energia rebateu, lembrando

que o presidente havia afirmado "que não haverá aumento de preços até o fim do ano, a menos que ocorra uma alta fantástica". Cumpriu o ministro seu papel, pois, em verdade, fora noticiada palavra do presidente da República nessa orientação.

O problema é que autoridade qualificada do setor de petróleo faz afirmativa geradora de incerteza e suscetível de produzir efeitos danosos à população. Sabe-se, notoriamente, que aumento de preços de derivado de petróleo acarreta elevação de valores em cadeia. Todos os bens e salários são atingidos por essa majoração, a partir dos meios de transporte. Mesmo contestada a assertiva, a opinião favorável a aumento, originária de órgão responsável do setor, cria a impressão de que a medida é objeto de estudo ou de consideração. A ressalva de "uma alta fantástica" soa como um risco presumido. O efeito psicológico é pernicioso ao sentimento coletivo.

Maior é a inconveniência, por-

que há questões sociais diversas e acumuladas. Relatório recente do Banco Mundial menciona o crescimento da pobreza. Segundo salientou a *Folha de S. Paulo* (16.9), "os que vivem com menos de US\$ 1 por dia" passaram "de 1,2 bilhão em 87 para 1,5 bilhão hoje". Tratando diretamente da situação no Brasil, o mesmo jornal informou (20.9) que a "desigualdade aumenta entre os mais ricos e os mais pobres da Grande S. Paulo". Trouxe a mesma notícia *O Estado de S. Paulo* (29.9) Se outras pesquisas forem feitas, não será diverso o resultado nas demais capitais e regiões metropolitanas. Diante do desequilíbrio geral, o próprio FMI despertou, e seu diretor-gerente acaba de confessar que "a extensão da pobreza ainda presente ao final de um século de prosperidade é intolerável."

Entre nós, em que a maioria da população é reconhecidamente pobre, e com grande número de excluídos, a visão dos problemas sociais precisa ser mais nítida. Quanto à economia do petróleo,

por exemplo, não há de ser preponderante o objetivo de lucro. Como riqueza nacional, o petróleo deve ser fonte de bem-estar do povo. Não é justo extraí-lo do subsolo, num país de população pobre, para dar-lhe fins capitalistas. Os que sofrem com as restrições econômicas, com o desemprego e a insuficiência dos serviços essenciais, não entenderão seu infortúnio se virem poderosas de recursos as organizações ligadas ao Estado. Os desamparados carregam seu sofrimento com tolerância, enquanto se lhes entrea-bre uma fresta de esperança.

O atual governo perdeu grandemente o apoio popular pela deficiência de seus programas no campo social. Ou o plano "Avança, Brasil" entremostra uma nesga próxima de reversão desse quadro, ou o governo perde, de todo, o apreço público, o que não convém ao país.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da Universidade de Brasília e da Universidade Federal da Bahia e diretor da Faculdade de Direito da Upis